

#### 4. Estudos, Planos e Projetos Correlacionados

O segundo produto do Termo de Referência N° 171 identificou um número de planos, estudos e projetos relativos à orla dos municípios em questão. Tais documentos provêm de diferentes esferas administrativas e, de uma forma ou de outra, acabam muitas vezes interagindo ou complementando-se.

É importante salientar que esses documentos podem representar oportunidades significativas no tocante a diferentes iniciativas desenvolvidas pelos municípios, pelo setor privado e pela sociedade civil organizada. Assim, esta seção aborda e apresenta cada documento, fazendo, onde possível, uma tentativa de interrelacioná-los.

REFERÊNCIA	COMENTÁRIOS
<p>Agenda 21 do Estado de Pernambuco. Pernambuco: SECTMA, 2002. 261p.</p>	<p>A Agenda 21 do Estado de Pernambuco, embora tendo sido a primeira a ser elaborada no território nacional, foi precedida pela Agenda 21 Brasileira, pela Declaração do Milênio e pela Agenda 21 Global (ECO/92).</p> <p>A Agenda 21 Global é, antes de mais nada, uma revisão, uma avaliação, um balanço, uma autocrítica dos compromissos assumidos pelos governos perante a sociedade e, é a partir dessa ótica, que a Agenda 21 Estadual foi formulada com a ampla participação de vários segmentos da sociedade pernambucana, durante um ano de debates nas reuniões do <u>Fórum Estadual da Agenda 21</u>.</p> <p>O principal conceito desse compromisso é o de <b>Desenvolvimento Sustentável</b>. Este conceito está baseado na <b>prudência econômica, eficiência econômica, integração e justiça social</b>, cujos pré-requisitos são a eficiência e o crescimento econômico condicionados à conservação ambiental espaço-temporal e a equidade social.</p> <p>A Agenda 21 Estadual, norteia todo o exercício de planejamento do Estado, devendo se refletir no nível municipal, além de manter um permanente diálogo com a Agenda 21 Brasileira e a Agenda Global.</p>

REFERÊNCIA	COMENTÁRIOS
<p>PMCSA: Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Município do Cabo de Sto. Agostinho. Vol. I – Diagnóstico Situacional. Cabo 2010: Pref. Municipal do Cabo de Sto. Agostinho e Centro Josué de Castro. 1997. 111p.</p>	<p>O processo de elaboração do plano estratégico de desenvolvimento sustentável do Cabo é composto de duas etapas, são elas: 1) o diagnóstico sócio-ambiental, cultural, político institucional e econômico do Município (o diagnóstico situacional); e 2) as opções estratégicas para alcançar o desenvolvimento sustentável num horizonte de longo prazo – Cabo 2010.</p> <p>O diagnóstico situacional aborda os aspectos externos (as tendências e alternativas), as condições sócio-ambientais, culturais, político-institucionais e econômicas do Município e a sua base econômica.</p> <p>Em resumo, o documento traça um perfil do município que consubstancia o Plano Estratégico.</p>
<p>PMCSA: Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do município do Cabo de Sto. Agostinho. Vol. II – Estratégias. Pref. Municipal do Cabo de Sto. Agostinho e Centro Josué de Castro – Dez/97. 70p.</p>	<p>O documento foi elaborado com a participação da representação política e com o envolvimento dos segmentos organizados da sociedade civil e se constitui no seguimento do Volume I do Plano: Diagnóstico Situacional.</p> <p>O presente documento está dividido em duas partes: a primeira contém uma síntese do Volume I, trata do Marco Referencial do Plano e apresenta os Cenários Alternativos para o Município do Cabo; a segunda, apresenta as Estratégias Sócio-Culturais, de Infra-Estrutura e de Meio Ambiente, Político-Institucional e de Desenvolvimento Econômico, além de apresentar a proposta do modelo de Gestão do Plano.</p> <p>O Plano aborda questões que vêm a ter influências diretas sobre o Projeto Orla (P.O.). Esse, por sua vez, se encaixa justamente nas questões relativas a implantação do plano de ordenamento territorial e do sistema de gestão ambiental, notadamente no tocante a preservação e conservação dos ecossistemas relevantes descritos neste relatório.</p> <p>Assim, as ações pensadas para o P.O. devem ser vistas como parte das estratégias que o município, muito eficazmente, já elaborou, evitando assim ações desconexas e a dispersão de esforços e recursos.</p>

REFERÊNCIA	COMENTÁRIOS
<p>PMCSA: Plano de Ações Integradas da Orla. Secretaria de Planejamento, Coordenação e Meio Ambiente – Depto. de Planos e Projetos. Cabo de Sto. Agostinho. 1998. 39 p.</p>	<p>O documento detalha a caracterização e o diagnóstico da situação na orla municipal, o escopo do plano, as ações pretendidas, o objetivo, metas e prazos estabelecidos, com estimativas de custos e projetos em desenvolvimento (na forma de mapas, cartas, croquis, etc.).</p> <p>Pode se dizer que, de fato, essas são ações do P.O. num formato diferente daquele que se vê no Manual e Fundamentos do P.O. Contém ações integradas que tratam do ordenamento territorial, o controle urbano, a proteção ambiental dos sítios históricos, a infra-estrutura e o desenvolvimento de atividades turísticas nas praias do município descritas neste relatório.</p>
<p>PMCSA: Projeto Pólo Litoral Sul. Cabo de Santo Agostinho. Outubro de 2001.</p>	<p>O Projeto materializa a intenção da PMCSA de intervir na orla com a premissa de desconcentrar as atividades hoje ocorrendo nas imediações da praça de Gaibu. Foi concebido a partir dos vários estudos e diagnósticos realizados sob os auspícios da Prefeitura. Novamente, pode-se dizer que esse documento atende as premissas do P.O.</p>
<p>PMCSA: Plano Estratégico para Assentamentos Subnormais - PEMAS – Programa Habitar Brasil – BID – Programa de Desenvolvimento Institucional dos Municípios – DI/SEDU: Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente – UEM – Unidade de Execução Municipal/ PMCSA. Maio/2002. 72p.</p>	<p>Esse documento faz um diagnóstico sobre a capacidade institucional do Município do Cabo de Sto. Agostinho, relacionada ao atendimento das necessidades da população de mais baixa renda.</p> <p>Nota-se que o município se mostra preparado para as ações do P.O., pois é nesse documento que se faz um diagnóstico avaliativo de sua capacidade institucional no tocante ao planejamento e fiscalização do uso e ocupação do solo. As <b>seções 3.2.1 Características da Paisagem e 3.2.3 Usos Atuais da Orla</b> deste perfil abordam o problema da ocupação desordenada e irregular, seja por desrespeito à lei de forma consciente, seja por necessidade real, como em caso de invasões. Com base no PEMAS e nas observações de campo, pode-se considerar como uma premissa básica estabelecer um aparato institucional que venha coibir abusos dessa natureza.</p>

REFERÊNCIA	COMENTÁRIOS
<p>UFRPE: Diagnóstico Geo-Ambiental para Subsidiar o Projeto Pólo Litoral Sul – Secretaria de Planejamento e meio Ambiente da PMCSA. Recife. Jan/2002. 63p.</p>	<p>Trata-se de um diagnóstico com parecer emitido pelo Laboratório de Oceanografia Costeira do Departamento de Engenharia de Pesca da UFRPE, para subsidiar o plano de ordenamento costeiro da praia de Gaibu. Faz uma clara referência ao PNGC e reflete a preocupação do município com as questões ambientais em suas propostas de intervenção na orla.</p> <p>O parecer faz uma caracterização geológica da área de Gaibu através de análises dos sedimentos e do padrão da hidrodinâmica das águas e finaliza fazendo recomendações técnicas de extrema importância.. Nesse processo, o diagnóstico faz uma análise e dá sugestões acerca de como as estruturas dos equipamentos devem ser a fim de coadunar essas intervenções com respeito ao ecossistema praial.</p>
<p>Fund. de Apoio ao Dês. da Universidade Federal de Pernambuco – FADE/UFPE – Diagnóstico Ambiental e Plano de Recuperação dos Riachos das Praias de Gaibú e Enseada dos Corais. PMCSA e FADE/UFPE. Contrato de Prestação de Serviços Nº 104/2002. 11p.</p>	<p>Relatório Preliminar sobre a reunião que apresenta a problemática ambiental da área de Gaibú e Enseada dos Corais e os acertos para a realização da coleta de informações necessária ao estudo além do relato de uma visita a Campo onde foram realizadas as observações iniciais para o Diagnóstico.</p> <p>Esse estudo dá continuidade as ações de intervenção na orla do município com o objetivo de também contribuir para o sucesso do Projeto Pólo Litoral Sul na busca de soluções para os problemas identificados nos riachos sob estudo. Tais problemas são descritos nesse documento e na <b>seção 3.2.4 Características da Infra-estrutura de Saneamento Ambiental</b> deste relatório.</p>
<p>GAMA, Ana Maria de Freitas. Coord. Diagnóstico Ambiental Integrado da Bacia do Pirapama. Recife - CPRH/DFID. 1999. 278P. ISBN: 85.86592.04-8</p>	<p>Esse diagnóstico integra as análises de todos os estudos realizados para a gestão ambiental integrada da Bacia do Pirapama. Pode ser descrito como um documento extremamente rico em informações, análises e relações dos aspectos socioeconômicos e ambientais.</p> <p>No tocante ao P.O., chama-se a atenção para as questões relativas à faixa de orla que, a partir da foz do estuário dos rios Jaboatão e Pirapama, se estende até pouco mais que Ponte dos Carvalhos. O documento finaliza com uma série de considerações e recomendações para elaboração de um plano de desenvolvimento sustentável cujas as ações devem ser levadas em conta quando da elaboração dos planos de intervenção do P.O.</p>

REFERÊNCIA	COMENTÁRIOS
<p>GAMA, Ana Maria Freitas. Coord. Agenda 21: Bacia do Pirapama – Plano de Desenvolvimento Sustentável, Recife – CPRH/DFID, 1999.92 p. ISBN: 85-86592-06-4.</p>	<p>Apesar da Bacia do Pirapama compreender 7 municípios e o P.O. se restringir a áreas litorâneas e zonas sob influência da maré, é preciso dotar os planos de intervenção do P.O. de uma abordagem sistêmica, com estratégias e ações condizentes com estudos existentes. O Plano de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Pirapama dá um enfoque que coincide com os enfoques dados por outras ações da PMCSA, p.ex. os planos de intervenção na orla e os estudos elaborados. Assim, concentram-se os esforços e evita-se a dispersão.</p>
<p>PMCSA: Projeto Rede de Defesa Ambiental Fontes: <a href="http://www.cabo.pe.gov.br">www.cabo.pe.gov.br</a> e <a href="http://www.gau.org.br/sto_agostinho.htm">www.gau.org.br/sto_agostinho.htm</a></p>	<p>O objetivo principal do projeto é criar uma rede de natureza público-privada, cuja missão será a defesa ambiental do município. Segundo as fontes citadas, a Rede deverá estar em funcionamento em abril de 2003. A Rede tem muito haver com o P.O. Este, por sua vez, será gerenciado por um comitê, que no caso do município, já tem vários grupos que poderia assumir esse papel. A forma como isso se dará ficará a cargo do município, lavando em consideração a existência da Rede de Proteção Ambiental.</p>
<p>SEPLANDES/FIDEM: LITORAL DE PERNAMBUCO – Um Estudo Propositivo. Recife. Novembro de 1999. 76p.</p>	<p>No cumprimento de suas atribuições, a FIDEM, em conjunto com outros atores, elaborou esse Estudo que dá uma abordagem regional às potencialidades do litoral do Estado, enfatizando a quantidade e diversidade do ambiente natural e histórico-cultural e da infra-estrutura existente. Sua relação com o P.O. pode ser considerada indireta, porém dá diretrizes para abordagens regionais, se for o caso, na elaboração do plano de intervenção.</p>
<p>SECTMA: Fundo Estadual de Meio Ambiente – FEMA – Orientação para Formulários para Apresentação de Projetos. Recife. 1999. 84p.</p>	<p>O documento é um Manual de Orientação para utilização dos recursos do FEMA, que contempla todas as etapas do processo (da Carta-Consulta dirigida ao órgão gestor do fundo - SECTMA - até o acompanhamento e avaliação dos convênios e outros instrumentos legais). A relação entre Fundo / P.O. baseia-se está baseada nas ações que poderão via ser financiadas pelo FEMA. As áreas temáticas consideradas prioritárias no FEMA são o monitoramento e controle ambiental, a preservação e a conservação dos recursos naturais renováveis, a proteção de matas ciliares, saúde e meio ambiente, educação ambiental e divulgação elaboração e implantação da AGENDA 21 (já em fase avançada no Cabo), entre outras. Essas ações vêm sendo priorizadas pelo município.</p>

REFERÊNCIA	COMENTÁRIOS
<p>PROJETO ORLA: manual de gestão. Brasília: MMA/SQA; Brasília: MP/SPU, 2002. 96p.</p>	<p>O documento, juntamente com o seu volume que trata dos fundamentos, leva o postulante a seguir todos os passos até a elaboração do plano de intervenção.</p> <p>O manual constitui um roteiro prático para a aplicação da metodologia desenvolvida pelo MMA e SPU com o objetivo de padronizar as ações de diagnóstico, classificação e formulação de cenários de modo a subsidiar a elaboração do plano de intervenção na orla municipal.</p> <p>A metodologia apresentada está dividida em cinco fases, são elas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• a <u>Instrumentalização</u> cujo foco é a “organização e integração dos materiais e dados disponíveis sobre o(s) município(s)” bem como propiciar ao usuário “aprofundar os conceitos e fundamentos do Projeto Orla”;</li> <li>• a <u>Aplicação prática</u> quando “são apresentadas as orientações para a <b>elaboração do diagnóstico, classificação e definição de cenários de uso e ocupação da orla</b> do município”;</li> <li>• a <u>Consolidação</u> das informações apreendidas nas fases anteriores;</li> <li>• o <u>Planejamento das Ações Locais</u> que apresenta um “<b>roteiro para a elaboração do Plano de Intervenção</b>”; e</li> <li>• a <u>Implementação</u> que aborda “as principais formas para sua viabilização político-institucionais”.</li> </ul> <p>No caso do município do Cabo, várias ações anteriores a esse Projeto já iniciadas e se encontram em fase avançada.</p>
<p>COMPANHIA PERNAMBUCANA DE MEIO AMBIENTE: Diagnóstico Sócio-Ambiental &amp; ZEEC – Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro do Litoral Sul de Pernambuco. Recife. CPRH. 1999. 91 p.</p>	<p>O documento foi elaborado para subsidiar a implementação do ZEEC da zona costeira de Pernambuco. O mesmo está estruturado em 3 partes, a saber: 1) a caracterização sumária física, social e econômica do Litoral Sul mais a evolução dos núcleos urbanos da área; 2) a síntese do diagnóstico sócio-ambiental na forma de quadros e mapas relativos às potencialidades e limitações, ao uso e ocupação atual do solo e à qualidade ambiental do Litoral Sul; e 3) a proposta de zoneamento do Litoral Sul com mapas e cenários esperados no ano 2010. Os cenários futuros do plano de intervenção do P.O. deve levar em consideração as premissas relacionadas à orla contidas nesse zoneamento, que apesar de ser regional, dá diretrizes para o desenvolvimento local.</p>